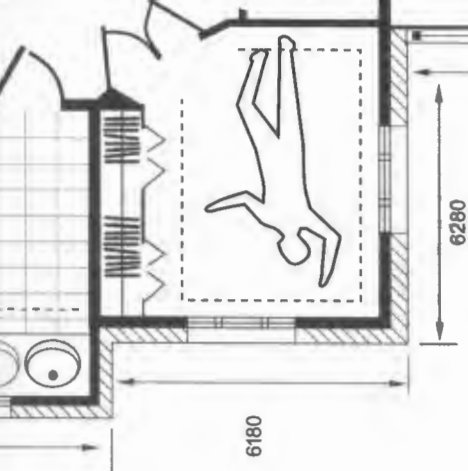


STJ00110737



CLEBER MASSON
VINÍCIUS MARÇAL

CRIME ORGANIZADO

5^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 07.05.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M372c
Masson, Cleber

Crime organizado / Cleber Masson, Vinicius Marçal. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9123-4

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Crime organizado. I. Marçal, Vinicius. II. Título.

20-64152

CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



1181584

SUMÁRIO**LEI DO CRIME ORGANIZADO (LCO) – LEI 12.850/2013**

INTRODUÇÃO	1
1. Evolução legislativa	1
2. Algumas reflexões sobre a Lei 12.694/2012.....	7
2.1 Colegiado de 1.º grau instaurado por sorteio eletrônico.....	8
2.2 Vara criminal colegiada.....	21
2.3 Lei 12.964/2012: juiz sem rosto e artificialização das unanimidades	24
3. Conceito	34
4. Aplicação extensiva da Lei 12.850/2013.....	44
CAPÍTULO I - DOS CRIMES EM ESPÉCIE.....	47
1. Crime organizado por natureza	47
1.1 Dispositivo legal.....	47
1.2 Conceito	48
1.3 Objetividade jurídica.....	48
1.4 Objeto material.....	48
1.5 Núcleo do tipo.....	48
1.6 Sujeito ativo	50
1.7 Sujeito passivo	54
1.8 Elemento subjetivo	54
1.9 Consumação	54
1.10 Tentativa.....	58
1.11 Ação penal	58

1.12	Lei 9.099/1995 e acordo de não persecução penal	58
1.13	Classificação doutrinária	59
1.14	Circunstância agravante.....	60
1.15	Causas de aumento de pena	66
1.16	Medida cautelar diversa da prisão (afastamento cautelar)	73
1.17	Efeitos da condenação	85
1.18	Investigação em caso de participação policial	92
1.19	Cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima	95
1.20	Vínculo associativo perene e proibição de obtenção de benefícios na execução penal	97
2.	Crime de impedimento ou embaraçamento da persecução penal (“obstrução à justiça”).....	98
2.1	Dispositivo legal.....	98
2.2	Introdução	98
2.3	Objetividade jurídica.....	102
2.4	Objeto material.....	102
2.5	Núcleo do tipo.....	102
2.6	Sujeito ativo	104
2.7	Sujeito passivo	109
2.8	Elemento subjetivo	109
2.9	Consumação	110
2.10	Tentativa	110
2.11	Ação penal	111
2.12	Preceito secundário, causas de aumento de pena, Lei 9.099/1995 e acordo de não persecução penal	111
2.13	Classificação doutrinária	114
2.14	Confronto com outros tipos penais.....	115
3.	Dos crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	115
3.1	Identificação clandestina de colaborador	116
3.1.1	Dispositivo legal	116
3.1.2	Introdução.....	116
3.1.3	Objetividade jurídica	117
3.1.4	Objeto material.....	117
3.1.5	Núcleo do tipo	117
3.1.6	Sujeito ativo.....	118
3.1.7	Sujeito passivo.....	119

3.1.8	Elemento subjetivo.....	119
3.1.9	Consumação	120
3.1.10	Tentativa	121
3.1.11	Ação penal.....	121
3.1.12	Lei 9.099/1995.....	121
3.1.13	Classificação doutrinária.....	122
3.1.14	Consentimento do colaborador.....	123
3.1.15	Identificação clandestina de agente infiltrado.....	123
3.2	Colaboração caluniosa ou inverídica	123
3.2.1	Dispositivo legal	123
3.2.2	Introdução.....	124
3.2.3	Objetividade jurídica	125
3.2.4	Objeto material.....	125
3.2.5	Núcleo do tipo	125
3.2.6	Sujeito ativo.....	127
3.2.7	Sujeito passivo.....	128
3.2.8	Elemento subjetivo.....	128
3.2.9	Consumação	128
3.2.10	Tentativa	129
3.2.11	Ação penal.....	130
3.2.12	Lei 9.099/1995.....	130
3.2.13	Classificação doutrinária.....	131
3.2.14	Término da investigação ou do processo penal.....	131
3.2.15	Retratação.....	132
3.3	Violação de sigilo nas investigações	133
3.3.1	Dispositivo legal	133
3.3.2	Introdução.....	133
3.3.3	Objetividade jurídica	133
3.3.4	Objeto material.....	134
3.3.5	Núcleo do tipo	134
3.3.6	Sujeito ativo.....	135
3.3.7	Sujeito passivo.....	136
3.3.8	Elemento subjetivo.....	136
3.3.9	Consumação	136
3.3.10	Tentativa	137
3.3.11	Ação penal.....	137

3.3.12	Lei 9.099/1995 e acordo de não persecução penal.....	137
3.3.13	Classificação doutrinária.....	138
3.3.14	Descumprimento do sigilo na colaboração premiada...	138
3.4	Sonegação de informações requisitadas.....	139
3.4.1	Dispositivo legal	139
3.4.2	Introdução.....	139
3.4.3	Objetividade jurídica	140
3.4.4	Objeto material.....	140
3.4.5	Núcleo do tipo	140
3.4.6	Sujeito ativo.....	141
3.4.7	Sujeito passivo.....	142
3.4.8	Elemento subjetivo.....	142
3.4.9	Consumação	142
3.4.10	Tentativa	143
3.4.11	Ação penal.....	143
3.4.12	Lei 9.099/1995 e acordo de não persecução penal.....	143
3.4.13	Classificação doutrinária.....	143
3.4.14	Confronto com outros tipos penais	144
3.5	Divulgação indevida de dados cadastrais.....	145
3.5.1	Dispositivo legal	145
3.5.2	Introdução.....	145
3.5.3	Objetividade jurídica	145
3.5.4	Objeto material.....	146
3.5.5	Núcleo do tipo	146
3.5.6	Sujeito ativo.....	147
3.5.7	Sujeito passivo.....	147
3.5.8	Elemento subjetivo.....	148
3.5.9	Consumação	148
3.5.10	Tentativa	148
3.5.11	Ação penal.....	148
3.5.12	Lei 9.099/1995 e acordo de não persecução penal.....	148
3.5.13	Classificação doutrinária.....	149

CAPÍTULO II – DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA.....	151
1. Introdução.....	151

2.	Da (in)capacidade postulatória dos delegados de polícia.....	160
3.	Da participação do juiz na primeira fase da persecução penal.....	164
4.	Dos meios especiais de obtenção da prova propriamente ditos.....	166
4.1	Colaboração premiada	166
4.1.1	Breve introdução	166
4.1.2	Visão crítica: argumentos contrários e favoráveis.....	170
4.1.3	Natureza jurídica	174
4.1.4	Quadro comparativo e âmbito de incidência	179
4.1.5	Prêmios legais na LCO	189
4.1.6	Sobrestamento do prazo para oferecimento de denúncia e suspensão do processo e do prazo prescricional.....	221
4.1.7	Pressupostos para a incidência do(s) prêmio(s) na LCO.....	225
4.1.8	Eficácia objetiva da colaboração e substituição premial	246
4.1.9	Momento (colaboração posterior ao trânsito em julgado da sentença?) e juízo competente para a homologação....	252
4.1.10	Negociação preliminar (<i>proffer session ou queen for a day</i>): da proposta inicial à celebração dos termos de confidencialidade e de colaboração premiada	261
4.1.11	Homologação recusada e adequação (pelas partes) da proposta	269
4.1.12	Rescisão, anulabilidade e retratação	273
4.1.13	Renúncia ao direito ao silêncio e compromisso de dizer a verdade.....	281
4.1.14	A regra da <i>corroborative evidence</i> e a corroboração recíproca ou cruzada.....	286
4.1.15	Direitos do colaborador.....	291
4.1.16	Sigilo legal do pedido de homologação.....	300
4.1.17	Reflexos do acordo de colaboração premiada em outras áreas: extensão das benesses e compartilhamento	306
4.2	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	310
4.2.1	Introdução e conceitos.....	310
4.2.2	A captação ambiental engloba quais conceitos?.....	312
4.2.3	A captação ambiental reclama autorização judicial? Quando a prova será (i)lícita?.....	314
4.2.4	Considerações diversas sobre o procedimento da interceptação ambiental (Lei 9.296/1996)	323
4.3	Ação controlada	328

4.3.1	Introdução e conceitos (flagrante retardado, flagrante preparado e entrega vigiada)	328
4.3.2	Exceção à regra do dever de prender em flagrante.....	332
4.3.3	Retardamento da intervenção policial ou administrativa.....	333
4.3.4	Requisitos mínimos.....	334
4.3.5	A autorização judicial é (des)necessária?	335
4.3.6	Fixação de limites à ação controlada e controle ministerial	337
4.3.7	Sigilo da medida	339
4.3.8	Término da diligência e elaboração do auto circunstanciado	339
4.3.9	Consequências da frustração da medida.....	340
4.3.10	Transposição de fronteiras	341
4.3.11	Ação controlada conjugada com outros meios de investigação	341
4.4	Acesso a dados cadastrais	342
4.5	Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas	347
4.6	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas	364
4.6.1	Introdução e conceitos. Reserva de jurisdição?.....	364
4.6.2	Compartilhamento (prova emprestada).....	372
4.6.3	Serendipidade (encontro fortuito de provas)	375
4.6.4	Considerações diversas sobre o procedimento da Lei 9.296/1996	385
4.7	Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal.....	393
4.8	Infiltração de agentes policiais	406
4.8.1	Conceito, evolução legislativa e críticas.....	406
4.8.2	Distinções conceituais	411
4.8.3	Legitimados.....	415
4.8.4	Momento	416
4.8.5	Quem pode ser agente infiltrado?.....	418
4.8.6	Autorização judicial sigilosa e alcance da decisão	420
4.8.7	Fragmentariedade e subsidiariedade	424
4.8.8	Prazo	427
4.8.9	Relatório circunstanciado	430
4.8.10	Relatório (parcial) da atividade de infiltração.....	431
4.8.11	Espécies de infiltração	432

4.8.12	Demonstração da necessidade e apresentação do plano operacional da infiltração.....	433
4.8.13	Valor probatório do testemunho oportunamente prestado pelo infiltrado	435
4.8.14	Distribuição sigilosa e informações detalhadas diretamente ao juiz	436
4.8.15	Denúncia instruída com os autos da operação de infiltração e reserva de acesso à diligência em andamento....	438
4.8.16	Sustação da operação	439
4.8.17	Proporcionalidade como regra de atuação	440
4.8.18	Natureza jurídica da exclusão da responsabilidade penal: inexigibilidade de conduta diversa.....	442
4.8.19	Direitos do agente infiltrado.....	447
4.9	Cooperação entre instituições	454
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES GERAIS.....		457
1.	Procedimento ordinário	457
2.	Prazo para encerramento da instrução criminal	459
3.	Decretação judicial do sigilo da investigação.....	463
4.	Direito à prévia vista dos autos em prazo mínimo de três dias	465
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		469